



“Lula-Presidiário” e “Temer-Drácula”: imagens difamatórias no contexto da crise política brasileira

“Lula-President” and “Temer-Dracula”: defamatory images in the context of the Brazilian Political Crisis

Dr. Arthur Valle

Como citar:

VALLE, A. “Lula-Presidiário” e “Temer-Drácula”: imagens difamatórias no contexto da crise política brasileira. *MODOS*. Revista de História da Arte. Campinas, v. 2, n.3, p.156-177, set. 2018. Disponível em: <http://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/mod/article/view/1092>; DOI: <https://doi.org/10.24978/mod.v2i3.1092>.

Imagem: História em quadrinhos da série *Gólpula*, *O Presidente das Trevas*, de Sandro Menezes (detalhe). Fonte: OCUPA MinC RJ. *Gólpula*, o presidente das trevas. De Sandro Menezes. *Facebook*, 4 set. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/Uqpw9Q>.

“Lula-Presidiário” e “Temer-Drácula”: imagens difamatórias no contexto da crise política brasileira

“Lula-President” and “Temer-Dracula”: defamatory images in the context of the Brazilian Political Crisis

Dr. Arthur Valle*

Resumo

O artigo discute dois conjuntos de imagens que envolvem figuras célebres localizadas em posições contrastantes do espectro político brasileiro. Trata-se, de um lado, de imagens do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva como presidiário, muito divulgadas desde meados de 2015, e, de outro, de imagens do atual Presidente Michel Temer como Drácula, que, embora remontando aos anos 1990, ganharam maior evidência depois que Temer assumiu o cargo de Presidente interino em maio de 2016. Fazendo referência a uma gama diversificada de *media* visuais, discutiremos essas imagens que têm uma função eminentemente difamatória, bem como a sua recepção, sobretudo na medida em que esta aponta para os preconceitos com relação aos conflitos que caracterizam a atual crise política brasileira.

Palavras-Chave

Iconografia política; Imagens difamatórias; Luís Inácio Lula da Silva; Michel Temer.

Abstract

The paper discusses two sets of images related to famous politicians located in contrasting positions in Brazilian political spectrum. These are, on the one hand, the images of the former President Luís Inácio Lula da Silva as a prison inmate, much publicized since 2015; and, on the other hand, the images of the current President Michel Temer as Count Dracula, which date back to the late 1990s but gained further evidence after Temer took over the position of interim President in May 2016. Referring to a diversified range of visual media, these images are understood in their defamatory function; their reception is also analysed, especially as they point to prejudices regarding the conflicts that characterize current Brazilian political crisis.

Keywords

Political iconography; Defamatory images; Luís Inácio Lula da Silva; Michel Temer.

Muito se falou sobre a polarização ideológica que dividiu parcela significativa da sociedade brasileira durante a recente crise política que teve um de seus ápices com o impeachment/golpe que, em agosto de 2016, afastou do cargo a ex-Presidenta Dilma Rousseff (PT). Para pesquisadores como Pablo Ortellado, Esther Sollano e Marcio Moretto (2016: 193-194), uma das consequências dos debates em torno do impeachment de Rousseff foi a “binarização social em dois supostos bandos confrontados, não de adversários e, sim, de inimigos (...) a polarização ‘coxinhas/petralhas’ que [vem] sendo colocada como divisor social” no Brasil. Essa afirmação introduz um estudo baseado na participação social em manifestações pró e anti-impeachment, realizadas em São Paulo entre abril de 2015 e março de 2016¹. Porém, como observaram outros investigadores (Avritzer, 2015; Bringel, 2017), sinais de uma passagem da pluralização à polarização ideológica na participação social seriam perceptíveis bem antes disso, nas famosas manifestações de junho de 2013. Nessa ocasião, entre outras tendências, “o controle de um campo de esquerda amplo sobre o espaço público [foi] quebrado” (Avritzer, 2015: 1214) e verificou-se “a volta dos setores conservadores às ruas, pela primeira vez, desde 1964” (Avritzer, 2015: 299).



Fig. 1. Manifestantes contra (à esquerda) e a favor (à direita) do impeachment de Dilma Rousseff ocupam a Esplanada dos Ministérios durante votação na Câmara dos Deputados, 17 abr. 2016. Foto: Juca Varella. Fonte: MORAIS, Raquel; LUIZ, Gabriel; NASCIMENTO, Bárbara. Grupos pró e contra impeachment ocupam Esplanada dos Ministérios. G1, 17 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/5YfUEU>>.

Uma polarização ideológica também tem se expressado em termos visuais. Sua materialização mais contundente talvez tenha sido o chamado “muro do impeachment,” erguido no gramado central da Esplanada dos Ministérios visando prevenir possíveis confrontos entre os grupos pró e contra o afastamento de Rousseff em 17 de abril de 2016, quando a Câmara dos Deputados votou pela abertura do processo de impeachment (Ribeiro, 2016). Idealizado pelo governo do Distrito Federal e erguido por presidiários, o muro feito de placas de aço foi ironizado por parte da opinião pública, mas interpretado por outra parte como um símbolo da intolerância que grassa no Brasil e como uma evocação de outros muros com conotações políticas sombrias: o antigo Muro de Berlim, o que separa Israel da Cisjordânia, o da fronteira Estados Unidos-México, etc.

A barreira de metal era alta o bastante para impedir a visualização de um lado para o outro, isolando os grupos opositores que eram facilmente identificados pelas cores contrastantes que trajavam [Fig. 1]. Esse contraste cromático é outra expressão visual eloquente de polarização ideológica, que remonta a 2013 e foi espiritualmente sintetizada pelo historiador Leandro Karnal (2017: 7) do seguinte modo:

(...) o vermelho tornou-se uma cor de adesão política. Igualmente, a camiseta da seleção brasileira, até então um símbolo neutro da brasilidade, foi incorporada por manifestações favoráveis ao impeachment da presidenta Dilma. Se alguém usa vermelho, esquerdista, petralha, esquerdopata! Se usa as cores da bandeira, fascista, coxinha, filhote da ditadura! Os dois lados estão absolutamente convencidos de que cada um representa o verdadeiro Brasil e de que o outro é, sem dúvida, o grande obstáculo ao progresso do país.

Permanecem ainda por estudar outras manifestações visuais das ideologias que dividiram o Brasil nos últimos anos. Nesse artigo, procurando contribuir para tais estudos, analisarei imagens que envolvem figuras célebres, localizados em posições contrastantes do espectro político nacional. Trata-se, de um lado, das imagens do ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT) como presidiário, muito divulgadas desde meados de 2015; e, de outro lado, das imagens do atual Presidente Michel Temer (PMDB) como Drácula, que, embora remontando a finais dos anos 1990, ganharam maior evidência depois que Temer assumiu o cargo de Presidente interino em maio de 2016. Fazendo referência a uma gama diversificada de *media* visuais – fotogramas de jornais televisivos; bonecos infláveis; charges; *memes* de internet etc. –, discutirei essas imagens que têm uma função eminentemente difamatória, bem como sua recepção, sobretudo na medida em que esta aponta para os preconceitos com relação aos conflitos que marcam a atual situação política brasileira.

“Lula-Presidiário”

A primeira imagem difamatória que apresentarei é fruto da longa série de manifestações que tem agitado o Brasil nos últimos anos. Em certa medida, minha discussão sublinha a necessidade de abordar a ainda pouco investigada dimensão iconográfica de atos de contestação desse gênero. Afinal, como resumiu o sociólogo Alexandre Dézé:

Quaisquer que sejam seus suportes ou formatos, a imagem fixa parece *a priori* indissociável das práticas contestatórias. (...) é especialmente pela imagem – cartazes, bandeiras, balões, faixas, adesivos, *bottons* ilustrados – que se exprime o corpo manifestante, que este dá a ver (e não somente a ouvir) sua visão de mundo, seus valores, suas reivindicações (Dézé, 2013, tradução livre).

O ponto de partida aqui é 2015. Esse ano foi marcado por uma série de três grandes manifestações em diversas cidades do Brasil, cujos principais pretextos eram protestar contra o governo Dilma Rousseff e apoiar a Operação Lava Jato – a gigantesca investigação de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobrás, deflagrada pela Polícia Federal em março de 2014². A primeira manifestação realizou-se no dia 15 de março, a segunda em 12 de abril e a terceira no domingo 16 de agosto. Nesse último dia, manifestantes tomaram as ruas de aproximadamente 200 cidades, entre as quais Brasília (Mapa, 2015). Na Esplanada dos Ministérios, além da multidão estimada pela Polícia Militar em 25 mil manifestantes (Morais, 2015), um novo personagem mobilizou as atenções; tratava-se de um imenso boneco inflável representando o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vestido como um presidiário [Fig. 2]. O boneco media cerca de 12 metros de altura e nele as feições de Lula eram evocadas com traços simplificados: cabelo e barba branca; orelhas de abano; boca vermelha arqueada para baixo; olhos muito abertos, como que tomados de assombro e/ou surpresa. O boneco trajava uma roupa com listras horizontais brancas e negras e em seu peito viam-se os algarismos “13” e “171” – respectivamente, o número eleitoral do PT e o do artigo do Código Penal Brasileiro referente ao ato de estelionato. Uma esfera representando uma bola de ferro, com os dizeres “Operação Lava Jato,” encontrava-se presa à sua perna esquerda.



Fig. 2. Boneco inflável representando o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como um presidiário em protesto realizado em Brasília/DF, 16 ago. 2015. Fonte: Programa de televisão *Fantástico*, 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/Nq2tKf>>.

Vale notar que essa imagem de Lula como presidiário não parece ter precedentes na vasta série de caricaturas e charges representando o ex-Presidente durante a sua longa carreira política (Aragão Júnior, 2007; Salgado, 2017). Ela tem relação, todavia, com charges de outro ex-Presidente, Fernando Collor de Mello, feitas no início dos anos 1990 por Chico Caruso. Nelas, Collor também era retratado vestindo um uniforme de presidiário com listras brancas e negras, muito semelhante às do “Lula-Presidiário” (Aragão Júnior, 2007: 40-41).

Quando o boneco apareceu pela primeira vez, entidades como Movimento Brasil Livre (MBL) e Movimento Brasil (MBR) assumiram a sua criação e confecção. O então coordenador do MBL em Brasília, Ricardo Honorato, esclareceu a esse respeito: “Queríamos algo marcante, não bastava exibirmos apenas faixas. Pensamos: o que ainda não apareceu nos protestos? Um Lula presidiário. (...). Fizemos uma arrecadação para cobrir o custo de R\$ 12 mil da confecção do boneco sem a participação de qualquer partido” (Lima, 2015)³. Em outubro de 2017, um filiado ao MBR residente em Brasília, o advogado Vinícius Carvalho Aquino, reivindicou os direitos autorais sobre a imagem de “Lula-Presidiário” e suas variações, registrando-as na Biblioteca Nacional (Fleck, 2018).

Ainda em agosto de 2015, o boneco reapareceu em protestos em São Paulo, primeiro na Prefeitura da cidade, no dia 28, e depois em frente ao Tribunal de Contas da União, na Av. Paulista, no dia 30 (Amorim, Farah, Donasci, 2015). Desde então, ele participou de várias manifestações em diversas cidades brasileiras. Hoje em dia, não menos do que sete versões do boneco inflável original, com dimensões variando entre 3 e 13 metros, se encontrariam espalhadas pelos estados de Alagoas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Fleck, 2018).

Nos dias seguintes à sua primeira aparição, o boneco do ex-Presidente era designado genericamente como “Lula Inflado”. Mas logo ele recebeu um apelido mais preciso: “Pixuleco”. Esse era o título dado à 17ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada em 3 de agosto de 2015. Segundo a Polícia Federal, “Pixuleco” era o apelido dado ao pagamento de propinas pelo ex-presidente do PT, João Vaccari Neto (Azevedo, 2015). A apropriação do apelido divulgado no contexto da Operação Lava Jato sublinha o quanto, desde o início, a representação de “Lula-Presidiário” fundamentava a sua potência difamatória fazendo referências ao famoso conjunto de investigações. Era isso que era reiterado iconograficamente pela legenda “Operação Lava Jato” inscrita na “bola de ferro” atada ao boneco.

É importante lembrar, porém, que, em meados de 2015, Lula não era um dos investigados pela Lava Jato. Foi somente mais de um ano depois, em setembro de 2016, que a primeira denúncia contra o ex-Presidente foi apresentada na 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba: tratava-se da acusação de corrupção e lavagem de dinheiro via aquisição, personalização e decoração de um triplex no condomínio Solaris em Guarujá/SP⁴. Desde então, o ex-Presidente passou a responder na justiça por quatro outros processos (Bedinelli, 2017).

Se não havia investigação contra Lula em meados de 2015, como se estabeleceu tamanha convicção de entidades e manifestantes com relação ao caráter supostamente criminoso do ex-Presidente? Segundo o cientista político Luis Felipe Miguel, para se entender isso é necessário remontar ao chamado “Mensalão”, o escândalo de compra de sustentação parlamentar divulgado em 2005 que envolvia o governo do PT, quando Lula exercia seu primeiro mandato. A repercussão do “Mensalão” abalou a credibilidade do partido e, segundo Miguel (2016: 42), “abriu um flanco fácil para a mobilização dos setores conservadores, que singularizaram PT e esquerda como os únicos culpados pelos problemas éticos da política brasileira. (...) Estava montado o cenário para a criminalização do petismo (e da esquerda)”. Para outros analistas, esse cenário era agravado em meados de 2015 pela suposta seletividade política das denúncias da Operação Lava Jato. Naquela ocasião, como exemplificou o cientista político Leonardo Avritzer (2015: 2073), “evidências muito fortes contra o PSDB e em especial

contra Aécio Neves foram fortemente ignoradas (...) Ao mesmo tempo, evidências completamente indiretas em relação a alguns políticos do PT, como Lindbergh Farias e Gleisi Hoffman, passaram a fazer parte da Lava Jato”. Nesse meio tempo, a filiação política dos investigados pela Lava Jato certamente se ampliou, mas a associação entre PT e corrupção se mantém muito forte para parcela significativa da população brasileira. Essa conjuntura explica, ao menos em parte, o enorme sucesso de uma representação de presidiário que ostenta o número do PT em seu peito e os traços caricaturados do seu principal líder em seu rosto.

A difusão da imagem de “Lula-Presidiário” também foi enorme. Em um protesto ocorrido em Brasília em 7 de setembro de 2015 – ou seja, menos de um mês depois da primeira aparição do boneco –, versões em miniatura começaram a ser comercializadas [Fig. 3] (Teófilo, 2015). Atualmente, em uma loja virtual mantida pelo MBR e pela União dos Movimentos de Brasília (<<http://www.pixulecooficial.com.br/>>), essas miniaturas infláveis podem ser compradas por R\$ 20,00 a unidade. Camisetas estampadas e adesivos com o “Lula-Presidiário” também podem ser adquiridos, evidenciando a sua difusão em diversos suportes.



Fig. 3. Miniaturas do boneco inflável do “Lula-Presidiário” sendo vendidas em protesto realizado em Brasília/DF, 7 set. 2015. Foto: Twitter / @JBarbosa2014. Fonte: TEÓFILO, Sarah. Manifestantes levam bonecos “Pixuleco” e “Pixuleca” para desfile de 7 de setembro. *Jornal Opção*, 7 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kPhiBn>>.

Desde o início, a imagem de “Lula-Presidiário” despertou reações opostas, que podem ser interpretadas como indícios da polarização ideológica referida acima. Por um lado, simpatizantes de Lula ressignificaram ironicamente a sua imagem difamatória como presidiário ao adotar o slogan “Lula ladrão roubou meu coração,” muito difundido desde ao menos o começo de 2016 (O Lula é um ladrão, 2016). Reações muito mais violentas também têm sido registradas, como, por exemplo, gestos de iconoclastia contra a versão gigante do boneco, perpetrados igualmente por simpatizantes de Lula, que agem

visando destruir o boneco do ex-Presidente. Em uma de suas primeiras aparições, quando foi inflado em frente à Prefeitura de São Paulo em agosto de 2015, o boneco foi atacado a facadas por uma estudante de direito (Amorim, Farah, Donasci, 2015). Em balanço mais recente divulgado na *Folha de São Paulo*, aparentemente baseado em informações fornecidas pelo MBR, é dito que todos os “Pixulecos” juntos somariam entre 30 e 40 marcas de agressão: o “principal ferimento é por facada, mas também já foi atacado por bomba caseira” (Fleck, 2018).

Bem mais comuns, no entanto, são as demonstrações de apoio ao “Lula-Presidiário” e às convicções políticas por trás dessa imagem. Nas aparições do boneco, é usual ver manifestantes sorridentes batendo *selfies* tendo-o como pano de fundo (Amorim, Farah, Donasci, 2015). Na sessão da Câmara dos Deputados de 9 de setembro de 2015 [Fig. 4], quando Rousseff ainda era Presidenta, parlamentares opositores como Jair Bolsonaro (PP) e Eduardo Bolsonaro (PSC), entre outros, compareceram ao Plenário levando consigo exemplares em miniatura do “Pixuleco,” que lhes teriam sido presenteados por integrantes do grupo Revoltados On Line (Carvalho, Araújo, 2015). Em 25 de janeiro de 2017, uma imagem impressa do boneco foi usada como cartaz em um protesto em frente ao Hospital Sírio Libanês, em São Paulo (Fascistas, 2017). Na ocasião, a ex-primeira-dama Marisa Leticia Lula da Silva ali estava internada, após ter sofrido um AVC. As manifestantes exigiam que Maria Leticia fosse transferida para o SUS, bem como a prisão de seu marido. Esse protesto adquire conotações trágicas quando lembramos que a ex-primeira-dama faleceu alguns dias depois. A imagem de “Lula-Presidiário” revela aqui o seu potencial mais sombrio ao ser usado literalmente como bandeira para a insensibilidade e intolerância que grassam no Brasil.



Fig. 4 . Parlamentares opositores ao governo da ex-Presidenta Dilma Rousseff exibem miniaturas do “Lula-Presidiário” em sessão da Câmara dos Deputados, 9 set. 2015. Foto: Divulgação/Agência Câmara. Fonte: CARVALHO, Daniel; ARAÚJO, Carla. Revoltados On Line distribuem miniatura de ‘pixuleco’ na Câmara. *Estadão*, 9 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/0LqMco>>.

Os últimos desdobramentos envolvendo a imagem de “Lula-Presidiário” estão ligados às condenações do ex-Presidente no referido processo envolvendo o triplex do Guarujá. Em 12 de julho de 2017, o juiz Sérgio Moro condenou Lula, em primeira instância, a 9 anos e seis meses de prisão (Bedinelli, 2017); em 24 de janeiro de 2018, o Tribunal Regional Federal da 4ª. Região (TRF-4) em Porto Alegre reiterou a condenação de Lula em segunda instância, mas aumentando sua pena para 12 anos e 1 mês de prisão, com início em regime fechado (Ramalho, Matoso, 2018). Nas duas ocasiões, pouco depois das polêmicas condenações serem emitidas, manifestantes comemoraram nas ruas de diversas cidades brasileiras com miniaturas do “Pixuleco” nas mãos. Enquanto acontecia o julgamento no TRF-4, “Pixulecos” gigantes foram inflados na Av. Paulista; em frente ao condomínio Solaris, no Guarujá; e em uma balsa no Lago Guaíba, em Porto Alegre [Fig. 5]. Com a condenação em segunda instância, a possibilidade de que Lula tenha seus direitos políticos cassados e seja preso se tornou iminente. Caso isso ocorra, a imagem de “Lula-Presidiário” criada a meados de 2015 assumiria o estatuto de uma verdadeira profecia ⁵.



Fig. 5. Boneco do “Lula-Presidiário” em uma balsa no Lago Guaíba, Porto Alegre/RS, 24 jan. 2018. Foto: AFP/Jesfferson Bernardes. Fonte: ‘É HORA de radicalizar.’ *O Dia*, 25 jan. 2018, p. 4.

“Temer-Drácula”

Voltemos às manifestações de 2015, no seio das quais surgiu a imagem de “Lula-Presidiário.” Como referido, o impeachment da então Presidenta Dilma Rousseff era uma das principais reivindicações dos manifestantes, que foi rapidamente ouvida pelo legislativo brasileiro. Ainda em novembro de 2015 iniciou-se um processo⁶ que, baseado na denúncia de Rousseff por crime de responsabilidade, culminou no dia 31 de agosto de 2016 com a sua destituição definitiva e substituição por seu vice, Michel Miguel Elias Temer Lulia. Nesse meio tempo, porém, cresceu o coro de intelectuais, inclusive juristas,

que questionavam o impeachment, afirmando que Rousseff não cometera atos de improbidade administrativa e que não existia prova de seu envolvimento em crime que justificasse o afastamento. Para parcela significativa da opinião pública brasileira afinada com esse coro, o impeachment foi literalmente um golpe de Estado. Essa interpretação vem sendo reiterada em uma longa série de artigos e livros recentes (ver, por exemplo: Gentili, 2016; Jinkings, Doria, Cleto, 2016; Proner, 2016; Souza, 2016).

Não surpreende, portanto, que Michel Temer tenha sido recebido com desconfiança ou declarada oposição desde que foi empossado interinamente na presidência, em 12 de maio de 2016. Intensificou-se então a circulação de imagens difamatórias do atual Presidente, uma das quais me interessa aqui particularmente. Trata-se de uma fotomontagem que representa Temer como um conhecido vampiro, o Conde Drácula [Fig. 6]. Publicada na conta *Twitter* da bancada do PT na Câmara dos Deputados no dia em que Temer assumiu interinamente a Presidência (uma quinta-feira), essa fotomontagem era acompanhada pela frase: “Na véspera de sexta-feira 13, golpista assume como vampiro do povo brasileiro e terror dos interesses nacionais” (PT na Câmara, 2016). Vemos na imagem o rosto de Temer sobreposto a um corpo de Drácula que é o do ator Bela Lugosi interpretando o personagem no clássico filme dirigido por Tod Browning em 1931. A pose de “Temer-Drácula” e a ambientação a sua volta remetem para a cena na qual o vampiro invade o quarto da personagem Mina Harker, representada pela atriz Helen Chandler. A imagem que serviu de base à fotomontagem não seria, porém, um fotograma do filme, mas sim um *film still*, i. e., uma fotografia tirada durante a produção visando a divulgação da obra.

Também publicado em 12 de maio, um artigo de Joe Leary (2016), correspondente do *Financial Times* no Brasil, reiterava o sentido da fotomontagem ao afirmar que Temer possuía uma “aparência levemente gótica” (“slightly gothic appearance”, no original em inglês). Vale frisar que “gótico” não tem aí o significado mais usual no Brasil, o de um estilo artístico que surgiu na Europa da chamada Idade Média. Na matéria do jornal londrino, “gótico” designa uma tradição bem mais recente, sendo um fenômeno pós-medieval e mesmo pós-Renascentista: a primeira publicação a designar-se “Uma Novela Gótica” foi *O Castelo de Otranto*, de Horace Walpole, lançado na Inglaterra em 1764 (Hogle, 2002: 1). Muito associada com a ficção de horror, essa tradição “gótica” progressivamente se difundiu por todas as linguagens artísticas e nela o *Dracula* de Browning simultaneamente se insere e constitui um marco fundamental e influente (Ver Chronology, 2002: xxiii). Esse sentido específico de “gótico” vale aqui ser retido, pois, como veremos, ele é ativado em diversas figurações de “Temer-Drácula”.

Diferente da imagem de “Lula-Presidiário” que é fruto da recente crise política brasileira, a de “Temer-Drácula” é mais antiga e remonta ao menos ao final dos anos 1990. No jornal *O Globo* de 9 de fevereiro de 1997, por exemplo, uma charge de Chico Caruso já mostrava Temer – então presidente da Câmara dos Deputados – como vampiro (Chico, 1997). Em meio a outras imagens sobre o Carnaval daquele ano, vemos “Temer-Drácula” seguido pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) e pelo Ministro das Comunicações Sérgio Motta. Fantasiado de imperador romano, FHC ironiza a fantasia de bailarina que um obeso Motta traja, enquanto Temer apenas olha para trás, de soslaio. Outro incidente que reforçou a conexão de Temer com personagens de filmes “góticos” ocorreu em junho de 1999, quando ele se envolveu em uma polêmica sobre a Reforma do Judiciário com o então presidente do

Senado, Antônio Carlos Magalhães. Ao acirrar-se, essa polêmica transformou-se em uma troca de acusações, durante a qual Magalhães afirmou: “[Temer] não me assusta com a sua pose de mordomo de filme de terror” (Felício, [1999]). Em finais de 2015, a expressão foi retomada por outro presidente do Senado, dessa vez Renan Calheiros (PMDB), que se desentendeu com Temer e sugeriu que o então vice-Presidente deixasse o cargo e pensasse em outros empregos, como “mordomo de filme de terror ou carteiro”⁷ (Bonfim, 2015).

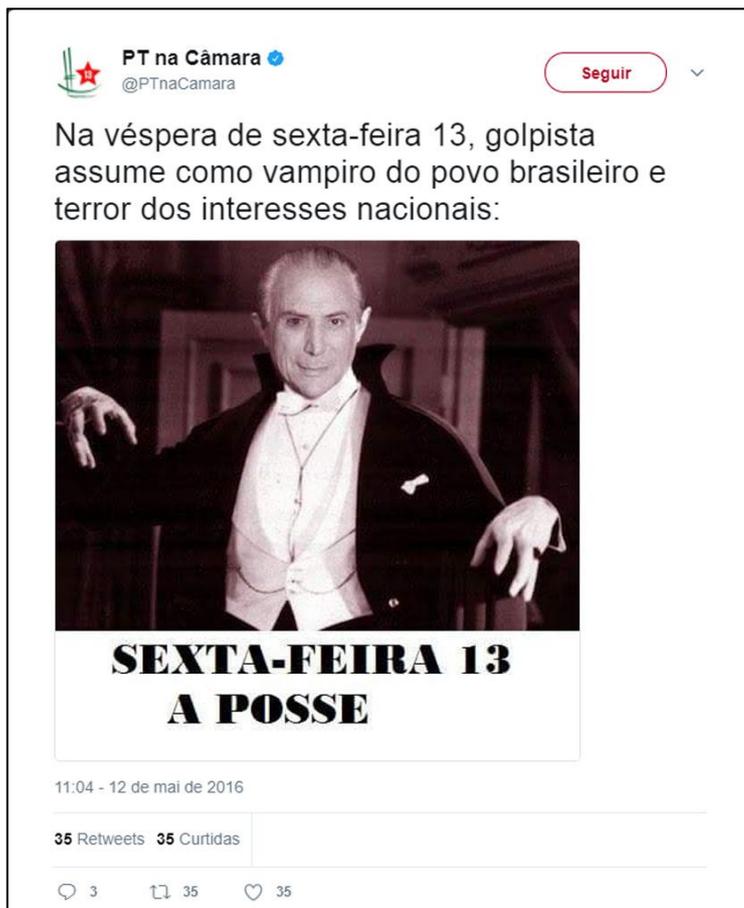


Fig. 6. Fotomontagem mostrando Michel Temer como o Conde Drácula
 Fonte: PT na Câmara. *Twitter*, 12 mai. 2016, 11h04. Disponível em: <<https://goo.gl/7iBlGm>>.

Também diferente do sentido mais unívoco da imagem de “Lula-Presidiário,” que se fundamenta quase exclusivamente na associação do ex-Presidente com o crime, a de “Temer-Drácula” comporta conotações variadas que transcendem a suposta “aparência gótica” do Presidente. Isso fica claro nas charges de Renato Aroeira, um dos principais artistas que explorou a representação de Temer como Drácula.

Ainda antes da recente crise política, em 5 de janeiro de 2011, Aroeira publicou em *O Dia* uma charge intitulada *Pausa pro Café* [Fig. 8], que se vincula à cerimônia de posse de Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (Aroeira, 2011). Na charge vemos a ex-Presidenta à esquerda, com o vestido branco com o qual foi empossada, sendo envolvida pela longa capa usada por Temer, que é representado com longos caninos projetando-se para fora de sua boca. Ao ser indagado por Rousseff se não teria nada melhor a fazer do que chupar o seu sangue, “Temer-Drácula” responde que sim, lançando um olhar para a direita. Ali vemos sua jovem esposa, Marcela Temer, que tem no pescoço os dois furos típicos de mordidas de vampiro.

A charge de Aroeira reunia, assim, duas conotações implícitas na associação entre Temer e Drácula. A primeira, mais óbvia, tem a ver com o notório e insaciável desejo de Drácula pelo sangue de belas donzelas, que se tornou uma tópica de obras envolvendo o vampiro desde o livro de Bram Stoker lançado em 1897. Nesse viés, *Pausa pro Café* ironizava a diferença de idade entre Temer e sua mulher, 43 anos mais nova, cuja beleza chamou muita atenção na posse de Dilma em 2011 (Disitzer, 2011). A segunda conotação tem implicações políticas mais relevantes: ao mostrar Temer como uma espécie de “sanguessuga” de Rousseff, a charge de Aroeira parecia apontar para a incapacidade do atual Presidente em se afirmar como algo mais do que um mero vice, escolhido em 2011 para viabilizar a governabilidade.



Fig. 7. Charge de Renato Aroeira mostrando Dilma Rousseff, “Temer-Drácula” e Marcela Temer, publicada quando a ex-Presidenta foi empossada em seu primeiro mandato. Fonte: AROEIRA. *Pausa pro Café*. *O Dia*, 5 jan. 2011, p. 3.

Outra charge de Aroeira digna de nota foi publicada em *O Dia* de 16 de outubro de 2015, quando a crise que levou ao impeachment de Rousseff já estava deflagrada [Fig. 8] (Aroeira, 2015). Nela vemos “Temer-Drácula” à porta da ex-Presidenta, seguido por notórias figuras públicas caracterizadas como os monstros da Universal Studios: Aécio Neves (PSDB) como o Lobisomem; Eduardo Cunha (PMDB) como a Criatura da Lagoa Negra; FHC como a Múmia; e Gilmar Mendes, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), como o monstro de Frankenstein. “Doces ou travessuras,” exclamam os monstros, no que poderia ser interpretado como uma referência irônica ao chamado “presidencialismo de coalizão” brasileiro⁸, no qual o Governo necessita fazer acordos com outros partidos para garantir a já referida governabilidade. O que mais me interessa nessa charge, porém, é a atitude ambígua de “Temer-Drácula,” que nega estar junto dos monstros que evidentemente conduziu à porta de Rousseff. Aroeira evoca assim o caráter supostamente traiçoeiro de Temer, que foi acusado de “traidor” ainda antes de assumir a Presidência interina por políticos como Silvio Costa (PT do B), então vice-líder do governo na Câmara (Cardoso, Leal, Carvalho, 2016). Para Costa e outros, inclusive Rousseff, Temer tramou o impeachment nos bastidores de Brasília a fim de se apoderar de um cargo que ele provavelmente nunca teria conseguido pela via das eleições diretas.



Fig. 8. Charge de Renato Aroeira mostrando “Temer-Drácula” entre Dilma Rousseff e um grupo de ‘monstros’: Aécio Neves (Lobisomem), Eduardo Cunha (Criatura da Lagoa Negra), Fernando Henrique Cardoso (Múmia) e Gilmar Mendes (Monstro de Frankenstein). Fonte: AROEIRA. Doces ou Travessuras! *O Dia*, 16 out. 2015, p. 2.



Fig. 9. História em quadrinhos da série *Gólpula, O Presidente das Trevas*, de Sandro Menezes. Fonte: OCUPA MinC RJ. *Gólpula, o presidente das trevas*. De Sandro Menezes. Facebook, 4 set. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Uqpw9Q>>.

Outras conotações evocadas pela imagem de “Temer-Drácula” são encontradas na série de histórias em quadrinhos produzida pelo artista Sandro Menezes no contexto do movimento Ocupa MinC, no Rio de Janeiro⁹. Intitulada *Gólpula, O Presidente das Trevas*, a série é protagonizada por um personagem sombrio chamado Conde Vlad von Themer, que reúne a caracterização de Temer como Drácula e as acusações de golpista feitas por seus opositores. De uma janela do alto de seu castelo, acompanhado por seu ajudante Igor, Conde von Themer expressa a sua “vontade de sugar democracia” [Fig. 9, quadro 3] (Ocupa MinC RJ, [2016a]) ou o seu entusiasmo pela volta dos “Anos de Chumbo” (Ocupa MinC RJ, [2016b]).

Relacionando explicitamente Temer e a Ditadura Militar implementada no Brasil em 1964, as tiras de *Gólpula* recordam um dos parâmetros que autores como Jerrold E. Hogle apontam como identificadores de uma obra de ficção como “gótica.” Muito frequentemente, em obras do gênero, “(...) se encontram escondidos certos segredos do passado (por vezes de um passado recente) que assombram os personagens psicologicamente, fisicamente ou de outra maneira, durante o desenvolvimento da história. [São] crimes ou conflitos não-resolvidos, que não mais podem ser mantidos enterrados da vista” (Hogle, 2002: 2, tradução livre). Nas histórias de *Gólpula*, o que é trazido de volta à tona para “assombrar” os opositores políticos de Temer é, nada mais nada menos, do que o fantasma do estado de exceção que caracterizou a Ditadura Militar.

Novos usos da imagem de “Temer-Drácula” surgiram a partir da divulgação, no dia 17 de maio de 2017, da delação prestada à Operação Lava Jato pelos irmãos Joesley e Wesley Batista, donos da empresa JBS. Essa delação produziu evidências inéditas no contexto da Lava Jato, em particular uma gravação na qual, “diante de Joesley, Temer indicou o deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB-PR) para resolver um assunto da J&F (holding que controla a JBS). Posteriormente, Rocha Loures foi filmado recebendo uma mala com R\$ 500 mil enviados por Joesley” (Jardim, 2017). Em outro trecho da gravação, o empresário parece insinuar que estaria comprando o silêncio de Eduardo Cunha e do operador Lúcio Funaro, ambos então na cadeia; Temer, por sua vez, parece incentivar que essa prática continue. O Presidente e seus advogados negaram essa interpretação da gravação, mas, com base nela, o procurador-geral da República Rodrigo Janot apresentou ao STF, em 26 de junho de 2017, uma denúncia contra Temer por corrupção passiva (Amorim, 2017).

Um dos chargistas que explorou a imagem de “Temer-Drácula” em conexão direta com o escândalo da JBS foi Carlos Latuff. Conhecido ativista, Latuff publica em portais esquerdistas de informação como *Brasil 247* ou *Diário do Centro do Mundo* e vem figurando Temer como Drácula ao menos desde 2016, especialmente para criticar as propostas de reforma trabalhista e da previdência. Em charge postada no *Twitter* no dia da divulgação da delação da JBS, vemos “Temer-Drácula” sendo mordido por uma cobra em cujo corpo está estampado o símbolo da Rede Globo de televisão [Fig. 10]. Ao seu lado, Dilma Rousseff – que aparece com a perna quebrada, em alusão ao “golpe” que a vitimou – afirma: “Quem com Globo fere, com Globo será ferido.” A implicação aqui é que o Grupo Globo apoiou o impeachment de Rousseff e naquele momento se voltava contra Temer. Com efeito, foi um colunista do jornal *O Globo*, Lauro Jardim (2017), quem primeiro divulgou, com exclusividade, os detalhes da delação dos irmãos Batista. Vale notar que a conexão entre a ascensão de Temer e o Grupo Globo é também proposta na história de *Gólpula* mostra acima [Fig. 9, quadro 1]. Nela, o símbolo da Rede Globo é figurado como se fosse o olho do sinistro personagem Sauron que, nas recentes adaptações cinematográficas de *O Senhor dos Anéis*, de J. R. R. Tolkien, a tudo observa do alto de uma torre na inóspita região de Mordor.

Os desdobramentos da delação da JBS provaram, no entanto, que a situação estava a favor do Presidente. Em 2 de agosto, a referida denúncia de Janot foi arquivada após votação na Câmara dos Deputados, dando novo fôlego a Temer na Presidência (Pereira, 2017). Em 25 de outubro 2017, uma segunda denúncia contra Temer, apresentada pela Procuradoria-Geral da República, também foi derrubada na Câmara dos Deputados. Embora seja grande a resistência movida contra o atual

Presidente pela oposição, por setores da sociedade civil e até por alguns de seus antigos aliados, é difícil afirmar, como ironizou Chico Caruso em charges mais recentes (Chico, 2017), se (ou quando) a sua efígie vampiresca receberá o derradeiro golpe de estaca no coração.



Fig. 10. Charge de Carlos Latuff para o portal de informação *Diário do Centro do Mundo*. Publicado em: Carlos Latuff. Twitter, 17 mai. 2017, 17h09. Disponível em: <<https://goo.gl/JVnwK5>>.

Imagens difamatórias: precedentes históricos, propósitos, procedimentos, eficácia

Para finalizar, eu gostaria de cotejar as representações de “Lula-Presidiário” e “Temer-Drácula” com outros gêneros de imagens difamatórias estudados pelos historiadores da arte. Creio que comparar imagens do presente e do passado com o intuito de identificar suas diferenças e semelhanças pode ajudar a perceber em que medida propósitos e procedimentos se mantêm, bem como os fatores que contribuem para a maior ou menor eficácia difamatória das representações até aqui discutidas.

Em artigo recente, o historiador Gherardo Ortalli (2016) apresentou um panorama dos diversos gêneros de imagens difamatórias desenvolvidos na Europa a partir de finais da Idade Média, como as *pittura infamante* italianas; as *Schandbilder* e *Schmähbriefe* centro-europeias; a prática do *bafull* ou *baffling* entre os escoceses; ou a *executio in effigie*. Ortalli defende a importância de atentar para as diferenças entre esses gêneros, caso contrário “tempos, lugares, procedimentos e propósitos se tornam secundários e o observador não vai além da simples conexão figura/insulto” (Ortalli, 2016: 32, tradução livre).

Concordo que é necessário considerar tal advertência quando relacionamos imagens difamatórias do passado e do presente. Diferentemente de “Lula-Presidiário e “Temer-Drácula,” uma característica fundamental de imagens difamatórias da passagem para a Idade Moderna é que elas baseavam-se na lei e eram eficazes por “actuar[em] não como simples meio denunciador, mas como instrumentos de um procedimento jurídico reconhecido” (Bredekamp, 2015: 148). Uma *pittura infamante*, por exemplo, “(...) era parte de um sistema penal-punitivo orgânico, era sujeita administrativamente à decisão formal de corpos institucionais (judicial e político), era executada de modo regido por lei ou seguindo costumes estabelecidos, e acarretava sérias consequências legais para qualquer um condenado a ser representado dessa maneira” (Ortalli, 2016: 31, tradução livre). Práticas juridicamente estabelecidas de imagens difamatórias só cessaram no século XIX, com o surgimento da fotografia e o consequente estabelecimento do direito à imagem própria como um bem a proteger (Bredekamp, 2015: 149 sg).

Feita essa ressalva, penso que cabe igualmente apontar para as semelhanças entre imagens difamatórias do passado e aquelas apresentadas nas partes anteriores. Uma primeira semelhança diz respeito ao seu propósito básico. Como resume o historiador da arte David Freedberg, imagens difamatórias medievais e do começo da Renascença visavam “atingir o sujeito humano em sua dignidade e honra individuais, exibindo sua imagem à derrisão e ao desdém da comunidade. Nesse ato, o sujeito era privado dos atributos obrigatórios de seu estatuto social e por vezes até dos atributos mais elementares que são particulares a todo ser humano” (Freedberg, 2016: 194, tradução livre). Esses mesmos procedimentos ressurgem nas imagens discutidas acima: a de “Lula-Presidiário,” por exemplo, vilipendia o ex-Presidente ao mostrar uma caricatura sua trajando uma roupa completamente inadequada ao seu status social; já as representações de “Temer-Drácula” estão impregnadas de conotações monstruosas, evocadas pelos caninos protuberantes ou pela radical animalização de Temer, como acontece em uma charge de Aroeira na qual ele e Eduardo Cunha são mostrados como híbridos grotescos, com cabeças humanas mas corpos de morcego (Aroeira, 2016).

Uma segunda semelhança entre imagens difamatórias de tempos mais remotos e as aqui discutidas se baseia na natureza dos delitos que elas buscavam denunciar. *Pitture infamante*, por exemplo, eram produzidas para punir criminosos de diferentes tipos, mas certos tipos eram mais comuns: “assassinos, responsáveis por corrupção, fraude comercial ou malversação de dinheiro; falsários e ladrões em geral e, acima de tudo, os traidores da comuna, podiam ser vítimas da difamação” (Tatsch, 2016: pos. 972). Isso me faz recordar como a imagem de “Lula-Presidiário” se fundamenta nas suspeitas de uso e/ou apropriação ilícita de recursos financeiros, enquanto a de “Temer-Drácula” em parte deriva da ideia de que ele traiu a coalizão política que o elegeu como vice-Presidente.

Por fim, vale refletir sobre as relações nos modos de exibição de imagens difamatórias do passado e do presente. Nesse sentido, é novamente elucidativo o caso das *pitture infamante* italianas: elas normalmente eram executadas em edifícios que “não só se configuravam como sede de autoridade como também constituíam um elemento fundamental da própria estrutura dos centros urbanos, lado a lado que estavam com outros projetos arquitetônicos ou espaços ‘abertos’ (como praças e ruas, em detrimento às propriedades privadas)” (Tatsch, 2016: pos. 1040). Esse hábito é testemunhado por uma gravura setecentista que mostra uma *pittura infamante* sendo realizada nas paredes externas do

Palazzo del Bargello, a sede do poder na cidade de Florença (Politien, 1760: 139). A eficácia de uma *pittura infamante* dependia da sua visibilidade em locais públicos desse gênero, pois

se o propósito da *pittura infamante* era influenciar o julgamento da comunidade, era indispensável dispor antecipadamente de lugares que permitiam atingir de forma eficaz os indivíduos a partir dos quais se formava o julgamento coletivo (...) Era preciso dispor, em seu seio de lugares (...) suscetíveis de poder atrair todos os membros da comunidade em razão das funções e serviços dos quais eram sede (Ortalli *apud* Tatsch, 2016: pos. 1051).

Pode-se argumentar que hoje em dia a visibilidade outrora conferida pela exposição em sedes de poder e praças públicas em boa parte se deslocou para os meios de comunicação de massa, como jornais e televisão, ou as redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*. É dessas arenas que provém, com efeito, todas as ilustrações do presente trabalho. Mas isso não implica que a presença de imagens em espaços públicos concretos, junto a corpos que se manifestam, não continue sendo importante (Dézé, 2013). Esse é bem o caso da imagem de “Lula-Presidiário” – em especial o gigantesco boneco original –, que potencializa sua eficácia difamatória justamente por partilhar os mesmos espaços das multidões de manifestantes, em sítios carregados de significado político como a Esplanada dos Ministérios ou a Avenida Paulista. Algo semelhante ocorreu no Carnaval de 2018, quando um destaque da escola de samba Paraíso do Tuiuti desfilou fantasiado de “vampiro neoliberalista,” trajando uma faixa presidencial (Garcia, 2018). Essa representação – que foi de imediato identificada com Temer – alcançou uma celebridade que nenhuma outra imagem de “Temer-Drácula” obteve, em grande medida por causa de sua presença concreta no Sambódromo da Marques de Sapucaí.

A crise política brasileira segue seu curso, sem que se possa ver uma luz no fim do túnel. Os destinos políticos de Lula e Temer ainda são incertos e, enquanto isso, parece que as imagens de “Lula-Presidiário” e “Temer-Drácula” continuarão sendo usadas e ressignificadas. É, portanto, cedo para tirar qualquer conclusão sobre elas. Cabe notar, por fim, que a oposição entre as duas representações que estrutura o presente artigo não é exclusiva. Diversas outras imagens difamatórias circularam recentemente e demandam consideração. O próprio Temer é difamado por outras vias: por exemplo, seu caráter supostamente malévolo é evocado na sua associação com o satanismo, que é muito forte ao menos desde 2010 (Borges, 2017). Além disso, outras figuras públicas também foram alvo de difamação imagética. É particularmente o caso da ex-Presidenta Dilma Rousseff, que, à semelhança de Lula, também teve sua imagem desacreditada em um boneco inflável gigante (Teófilo, 2015) e, de maneira ainda mais preconceituosa, em um misógino adesivo para carros difundido em meados de 2015 (Adesivos, 2015). A investigação da qual apresentei aqui os primeiros resultados necessita ser aprofundada e expandida, o que pretendo fazer em trabalhos futuros.

Referências

- ABRANCHES, Sérgio H. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-34.
- ADESIVOS misóginos são a nova moda contra Dilma. *Fórum*, 1 jul. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/P4vDTW>>. Acesso 18 fev. 2018.
- AMARAL, Marina. Jabuti não sobe em árvore: como o MBL se tornou líder das manifestações pelo impeachment. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 60-67.
- AMORIM, Felipe. Janot apresenta denúncia contra Temer no STF por corrupção passiva. *UOL*, 26 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/ssajN7>>. Acesso 18 fev. 2018.
- AMORIM, Felipe; MAIA, Gustavo. CCJ da Câmara rejeita relatório favorável a denúncia contra Temer; decisão final será no plenário. *UOL*, 13 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/nJxpqW>>. Acesso 18 fev. 2018.
- ARAGÃO JÚNIOR, Octavio Carvalho. *A reconstrução gráfica de um candidato: como os chargistas perceberam a mudança de imagem de Luís Inácio Lula da Silva*. Tese (Programa de Pós-graduação em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Escola de Belas Artes, 2007.
- AROEIRA. Doces ou Travessuras! *O Dia*, 16 out. 2015, p. 2.
- _____. *O Dia*, 9 jan. 2016, p. 2.
- _____. Pausa pro Café. *O Dia*, 5 jan. 2011, p. 3.
- AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AZEVEDO, Rita. De pixuleco a faz-me rir: os apelidos para propina no Brasil. *Exame.com*, 3 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/QvkESx>>. Acesso 18 fev. 2018.
- BEDINELLI, Talita. Lula é condenado a 9 anos de prisão por Sergio Moro em caso do triplex. *El País*, 12 jul. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/LYGH6d>>. Acesso 18 fev. 2018.
- BONFIM, Isabela. Renan mostra a senadores carta em que chama Temer de 'mordomo de filme de terror'. *Estadão*, 17 dez. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/HnpVRO>>. Acesso 18 fev. 2018.
- BORGES, Laryssa. João Santana: Imagem de 'satanista' de Temer afugentava eleitores. *Veja.com*, 1 jun. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/5ALZQ1>>. Acesso 18 fev. 2018.
- BREDEKAMP, Horst. *Teoria do Acto Icônico*. Lisboa: KKYM, 2015.
- BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (ed.). *Protesta e Indignación Global*. Buenos Aires: CLACSO, 2017, p. 141-154.
- CARDOSO, Daiene; NUNES, Luciana Leal; CARVALHO, Daniel. Temer entra para história como 'maior traidor do País', diz vice-líder do governo. *Estadão*, 11 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/RysyQS>>. Acesso 18 fev. 2018.
- CARLOS Latuff. *Twitter*, 17 mai. 2017, 17:09. Disponível em: <<https://goo.gl/JVnwK5>>. Acesso 18 fev. 2018.
- CARVALHO, Daniel; ARAÚJO, Carla. Revoltados On Line distribuem miniatura de 'pixuleco' na Câmara. *Estadão*, 9 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/0LqMco>>. Acesso 18 fev. 2018.
- CHICO. Entrevistado na cripta. *Globo*, 19 jul. 2017, p. 1.
- CHICO. Fantasias (3). *O Globo*, 9 fev. 1997, p. 1.

CHRONOLOGY. In: HOGLE, Jerrold E. (ed.). *The Cambridge Companion to Gothic Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, xvii-xxv.

DÉZÉ, Alexandre. Pour une iconographie de la contestation. *Cultures & Conflits [En ligne]*, 91/92 | outono/inverno 2013. Disponível em: <<http://conflits.revues.org/18773>>. Acesso 18 fev. 2018.

DISITZER, Marcia. Musa no Poder. Beleza de Marcela Temer é destaque. *O Dia*, 2 jan. 2011, p. 10.

FASCISTAS pedem Lula na cadeia e Marisa no SUS em pleno hospital. *Brasil 247*, 25 jan. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/CctHla>>. Acesso 18 fev. 2018.

FELÍCIO, César. Michel Temer e ACM trocam acusações. *Senado Federal*, [1999]. Disponível em: <<https://goo.gl/t0SnbP>>. Acesso 18 fev. 2018.

FLECK, Isabel. Alvo da cúpula petista, Pixuleco terá versão em pelúcia. *Folha de São Paulo*, 6 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/EfpqTR>>. Acesso 18 fev. 2018.

FREEDBERG, David. From Defamation to Mutilation. Gender Politics and Reason of State in Africa. In: BEHRMANN, Carolin. (ed.). *Images of Shame. Infamy, defamation and the Ethics of oeconomia*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2016, p. 193-216.

GARCIA, Sérgio. Leonardo Moraes: o vampiro neoliberalista da Tuiuti. *Época*, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/RhYwhj>>. Acesso 18 fev. 2018.

GENTILI, Pablo (Ed.). *Golpe en Brasil. Genealogía de una farsa*. Buenos Aires: CLACSO, 2016.

HOGLE, Jerrold E.. Introduction. The Gothic in western culture. In: _____. (ed.). *The Cambridge Companion to Gothic Fiction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 1-20.

JARDIM, Lauro. Dono da JBS grava Temer dando aval para compra de silêncio de

Cunha. *O Globo*, 17 mai. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/nqyuNs>>. Acesso 18 fev. 2018.

JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

KARNAL, Leandro. Dores de um parto incerto. *Le Monde Diplomatique Brasil*, São Paulo, ano 10, n. 117, abr. 2017, p. 7.

LEAHY, Joe. Michel Temer prepares to take Brazil's top seat from Dilma Rousseff. *Financial Times*, 12 mai, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/Ft9c4O>>. Acesso 18 fev. 2018.

LIMA, Maria. Boneco de Lula visto em protesto vira hit na internet. *O Globo*, 18 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/QrGXmY>>. Acesso 18 fev. 2018.

MAPA DAS MANIFESTAÇÕES NO BRASIL, DOMINGO, 16/08. *G1*, 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/29k7vu>>. Acesso 18 fev. 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 40-47.

MORAIS, Raquel. Manifestantes marcham em Brasília contra governo Dilma e a corrupção. *G1*, 16 ago. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/T8wKlq>>. Acesso 18 fev. 2018.

OCUPA MinC RJ. Gólpula, o presidente das trevas. De Sandro Menezes. *Facebook*, 4 set. 2016 [2016a]. Disponível em: <<https://goo.gl/Uqpw9Q>>. Acesso 18 fev. 2018.

_____. *Facebook*, 6 set. 2016 [2016b]. Disponível em: <<https://goo.gl/aUoZUd>>. Acesso 18 fev. 2018.

'O LULA é um ladrão que roubou meu coração', diz Gregorio Duvivier em novo vídeo do Porta dos Fundos. *Folha de São Paulo*, 11 abr. 2016. Disponível em:

<<https://goo.gl/SKwAAi>>. Acesso 18 fev. 2018.

ORTALLI, Gherardo. *Pittura Infamante. Practices, Genres and Connections*. In: BEHRMANN, Carolin (Ed.). *Images of Shame. Infamy, defamation and the Ethics of oeconomia*. Berlin/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2016, p. 29-47.

ORTELLADO, Pablo; SOLLANO, Esther; MORETTO, Marcio. Uma sociedade polarizada? In: JINKINGS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (org.). *Por que gritamos Golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 193-200.

PEREIRA, Merval. Temer respira. *O Globo*, 3 ago. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/sXV1Sp>>. Acesso 18 fev. 2018.

POLITIANI V. CL. Angeli. *Conjuratiois Pactianæ anni MCCCCLXXVIII*. Nápoles, 1769.

PRONER, Carol. et al (org.). *A resistência ao Golpe de 2016*. Bauru: Canal 6 editora, 2016.

PT na Câmara. *Twitter*, 12 mai. 2016, 11:04. Disponível em: <<https://goo.gl/7iBiGm>>. Acesso 18 fev. 2018.

RAMALHO, Renan; MATOSO, Filipe. Em decisão unânime, tribunal condena Lula em segunda instância e aumenta pena de 9 para 12 anos. *G1*, 24 jan. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/uWLPz>>. Acesso 18 fev. 2018.

RIBEIRO, Aline. Muro do impeachment: o isentão da discórdia. *Época*, 15 abr. 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/gqXsRs>>. Acesso 18 fev. 2018.

SALGADO, Daniel. De fundador do PT a presidente e réu na Lava-Jato, Lula inspira charges. *O Globo*, 12 mai. 2017. Disponível em: <<https://goo.gl/jEDPkV>>. Acesso 18 fev. 2018.

SOUZA, Jesse. *A Radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

TATSCH, Flavia Galli. *Pitture infamante: imagens difamatórias em espaços públicos, séculos XIV-XV*. In: SCHIAVINATTO, Iara Lis Franco; COSTA, Eduardo Augusto (org.). *Cultura Visual & História*. São Paulo: Alameda, 2016, p. 71-89.

TEÓFILO, Sarah. Manifestantes levam bonecos “Pixuleco” e “Pixuleca” para desfile de 7 de setembro. *Jornal Opção*, 7 set. 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/kPhiBn>>. Acesso 18 fev. 2018.

Notas

* Professor Associado do Departamento de Artes, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Comitê Brasileiro de História da Arte (CBHA) e do ICOMOS-BRASIL. Uma versão parcial desse artigo foi apresentado no “XXIX Simpósio Nacional de História - Contra os Preconceitos: História e Democracia” - 24 a 28 de julho - UNB, Brasília/DF. Agradeço aos colegas que fizeram sugestões na época. Agradeço especialmente ao prof. Julio Cesar Ribeiro Sampaio (DAU/UFRRJ) que leu atentamente e comentou uma versão completa do artigo.

¹ Vale frisar que, nesse estudo, Ortellado, Sollano e Moretto afirmam que essa polarização “não corresponde exatamente à situação real na qual se encontra a sociedade brasileira, que é muito mais complexa e não responde a simplificações” (Ortellado, Sollano, Moretto, 2016: 195). Por exemplo, setores da juventude e de renda familiar mais baixa estavam sub-representados nas manifestações por eles analisadas.

² Um site oficial do Ministério Público Federal detalha as ações da Operação Lava Jato. Disponível em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso 15 jul. 2017.

³ Todavia, outras fontes (inclusive partidárias) de recursos financeiros do MBL foram apresentadas por jornalistas como Marina Amaral (2016).

⁴ Essa denúncia do Ministério Público Federal é a de número 50 em uma lista apresentada no site oficial da Operação Lava Jato. Ver: <http://lavajato.mpf.mp.br/atuacao-na-1a-instancia/denuncias-do-mpf>

⁵ *Post scriptum*, ago. 2018: Com efeito, Lula foi preso após a condenação em segunda instância. No dia 5 de abril de 2018 - ou seja, apenas um dia depois da rejeição do *habeas corpus* preventivo de Lula pelo Supremo Tribunal Federal - o juiz Moro decretou a prisão do ex-Presidente, que se efetivou em 7 de abril. Lula foi levado para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, onde - até o momento em que escrevo essa nota - permanece encarcerado. Porém, imagens oficiais de Lula trajando roupas de presidiário ainda não surgiram. Além disso, o seu destino político continua sendo uma incógnita: sua candidatura à Presidência da República foi, inclusive, confirmada pelo PT no último dia 4 de agosto e aguarda análise pelo Tribunal Superior Eleitoral.

⁶ Os marcos mais importantes desse processo foram: em 2 de dezembro de 2015, a denúncia por crime de responsabilidade contra Rousseff foi aceita pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB); em 17 de abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou o parecer que recomendava a abertura do processo de impeachment; em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou a abertura do processo, afastando Rousseff da presidência até que o processo fosse concluído (no mesmo dia, o vice-Presidente Michel Temer assumiu interinamente a Presidência); finalmente, em 31 de agosto de 2016, após segunda votação no Senado, Rousseff foi afastada definitivamente do cargo e Temer assumiu como Presidente em seu lugar.

⁷ “Carteiro” aludiria aqui à carta que o vice Temer endereçou a Dilma Rousseff em 7 de dezembro de 2015, na qual ele reclamava por não ter a confiança da então Presidenta.

⁸ Essa expressão foi cunhada pelo cientista político Sérgio Henrique Abranches (1988) e caracteriza o padrão de governança brasileiro expresso na relação entre os Poderes Executivo e Legislativo.

⁹ Ocupa MinC foi um movimento que ocupou o pátio do Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio de Janeiro, em maio de 2016 – ou seja, logo após Temer assumir como Presidente interino e em oposição à agenda de reformas que começaram então a ser implementadas.

Artigo recebido em janeiro de 2018. Aprovado em maio de 2018.